

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

De volta à mesa dos ricos

Primeiro-ministro japonês telefona para Lula e o convida a participar da reunião do G7, em maio

» ROSANA HESSEL

O primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida, telefonou, ontem, para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a fim de formalizar o convite para o Brasil participar da cúpula do G7 — grupo das sete economias mais industrializadas do planeta —, em maio. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), é a primeira vez que o país é convidado para o evento desde 2009.

As autoridades japonesas haviam comunicado ao governo brasileiro do convite e a expectativa pela formalização era grande no Palácio do Planalto. O presidente recebeu o telefonema do premier japonês em São Paulo, para onde viajou na parte da tarde.

O Japão sediará o encontro dos líderes do G7 entre os dias 19 e 21 do próximo mês, em Hiroxima, cidade natal de Kishida. Estarão presentes os presidentes e chefes de Estado de Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá — que integram o bloco que deixou de ser G8, após a expulsão da Rússia, em 2014, quando invadiu e anexou a Criméia. A União Europeia (UE) também tem participado com frequência dos encontros do G7. O Brasil foi convidado e participou da cúpula dos ricos em 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, de acordo com dados do MRE.

Na avaliação de Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington e presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), passados os últimos 11 anos de crises sucessivas nos governos Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, esse convite para o Brasil participar de uma cúpula do G7 mostra que a política externa brasileira “voltou ao seu normal”. Sobre tudo porque o país vai assumir, em dezembro, a presidência do G20 — grupo das 19 maiores economias desenvolvidas e emergentes do planeta, mais a UE.

Charly Triballeau/AFP



Kishida convidou formalmente o brasileiro para a cúpula, que será em Hiroxima. Última vez que o país participou do encontro dos ricos foi em 2009



É normal que o governo seja convidado para fazer parte da cúpula do G7, que é um grupo econômico e comercial. O país está de volta aos debates importantes da agenda global.

Rubens Barbosa, embaixador aposentado

“É normal que o governo brasileiro seja convidado para fazer parte dessa cúpula do G7, que é um grupo econômico e comercial. Porque, além de o Brasil presidir o G20 no ano que vem, o país está de volta aos debates importantes da agenda global, como meio ambiente, segurança alimentar e energia renovável”, explicou o diplomata ao *Correio*.

Barbosa destacou que, nesse cenário pós-pandemia, está ocorrendo um realinhamento no mundo e na área econômica. “Como tem esses três itens econômicos que estão na agenda global (meio ambiente, segurança alimentar e energia

renovável), O Brasil volta como convidado depois de tantos anos. O país tem o que dizer”, acrescentou. Ele lembrou que, além de grandes florestas e fontes de energia renovável, o Brasil ainda é o terceiro maior produtor de alimentos do mundo, atrás da China e dos Estados Unidos.

Agenda intensa

Desde a posse de Lula, a agenda de compromissos da diplomacia do governo é intensa. O MRE contabiliza 65 encontros bilaterais do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, dos quais 16 com chefes

de Estado e de governo ao lado de Lula. O chanceler também acompanhou o presidente em 14 telefonemas com líderes e dirigentes de organismos internacionais.

Lula segue viagem para a China, na terça-feira, com retorno via Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, no dia 15. Por enquanto, está mantida a previsão para a assinatura de, pelo menos, 20 acordos entre os dois países, mas é possível que o número de atos a serem firmados aumente até a data da visita.

Além de assumir a presidência do G20, o Brasil também estará à frente do Mercosul no segundo semestre do ano.

COMBUSTÍVEIS

Alíquota de R\$ 1,22 para ICMS vigora em junho

» KELLY HEKALLY
Especial para o *Correio*

A alíquota única do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da gasolina e do álcool anidro de R\$ 1,22 (por litro) foi publicada na edição de ontem do *Diário Oficial da União (DOU)*. A informação foi adiantada na quarta-feira pelo *Correio*.

Esse R\$ 1,22 é R\$ 0,23 menor que a alíquota definida no último dia 28, de R\$ 1,45. Com a atualização, o Convênio ICMS 11/23 perdeu seus efeitos. O documento aponta que o novo valor do imposto incidirá sobre os seguintes integrantes da cadeia produtiva: o produtor nacional, a refinaria, as centrais de matérias-primas petroquímicas (CPQs), o formulador e o importador de combustíveis.

Ficam de fora os consumidores, o que representa dizer que não haverá, necessariamente, impacto nas bombas de abastecimento dos postos. Uma eventual redução de preço depende de cada unidade da Federação, que define as próprias alíquotas do imposto.

O chamado Regime de Tributação Monofásica do ICMS está vinculado às leis complementares 192 e 194, ambas do ano passado, que estabelecem critérios para que o imposto seja semelhante entre as unidades da Federação. O convênio passa a valer a partir de 1º de junho.

A redução foi discutida na semana passada pelo Comitê Nacional de Secretários de Estado de Fazenda (Comsefaz) com o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF) — que é relator de ações voltadas ao ICMS. Em 30 de março, houve no Supremo uma reunião entre estados, União e o magistrado para tratar de mudanças no sistema de cobrança do imposto sobre gasolina e etanol.

Política de preços

Em relação a eventuais mudanças na política de preços de combustíveis da Petrobras e reduções no valor do diesel cobrado nas refinarias das estatais, o Conselho de Administração da empresa reagiu às declarações do ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira — e negativamente. O colegiado enviou a ele uma carta cobrando a apresentação dessa nova diretriz para os preços, citada pelo ministro em entrevista na quarta-feira. O documento é assinado pelo presidente do Conselho, Gileno Gurgão Barreto.

A GloboNews, Silveira chamou o atual modelo de preço de paridade de importação (PPI) de “absurdo” e disse que “já determinou mudanças”. O ministro também afirmou que haveria espaço para uma redução no preço do diesel entre R\$ 0,22 e R\$ 0,25 por litro.

A carta foi vista como uma forma de o conselho se proteger legalmente, já que informações sensíveis aos negócios de empresas de capital aberto devem ser comunicadas em fato relevante à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ontem, em conversa com jornalistas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a mudança na política de preços da Petrobras ainda não está em discussão no governo. Ele disse ter sido “pego de surpresa” com a discussão entre Silveira e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, sobre o tema.

“A política de preços da Petrobras será discutida pelo governo no momento em que o presidente da República convocar o governo para discutir. Enquanto não convocar, a gente não vai mudar o que está funcionando hoje”, anunciou Lula. (Com Agência Estado)

MARCO DO SANEAMENTO

Mudança dá brecha à corrupção e atraso

» MICHELLE PORTELA

As mudanças anunciadas pelo governo federal, na quarta-feira, que alteram o marco do saneamento básico, tornaram-se motivo de polêmica para gestores públicos, analistas e entidades do setor. Entre opiniões favoráveis e críticas, a principal preocupação é a prioridade, dada às empresas públicas, para a gestão dos recursos e dos projetos de expansão das redes. Há quem veja nisso uma brecha para a corrupção, sem contar que lança dúvidas a respeito da execução do cronograma proposto pela legislação.

O Brasil está a uma década do prazo para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/20). Pela legislação, até 2033 o país deve garantir que 99% da população tenham acesso ao abastecimento de água potável, e que 90% da sociedade devem ser assistidas com serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Na quarta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou as mudanças para o setor por meio de dois decretos. O marco limitava em 25% a participação de parceria público-privada em concessões de saneamento. Agora, com a revisão da norma, o governo estima que a medida pode atrair até R\$ 120 bilhões, em 10 anos — prazo para a universalização dos serviços.

A segunda mudança é quanto ao prazo para a regionalização do serviço de saneamento, com a criação de blocos locais, formados por municípios com mais

Ed Alves/CB/D.A. Press



Até 2033, governo federal deve garantir água potável e rede de esgoto para quase 100% da população

recursos e outros menores, com baixa capacidade de investimento. O marco impunha o cumprimento da meta até 31 de março, mas o prazo foi prorrogado para dezembro de 2025.

Controvérsia

Para o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, as medidas do governo são um retrocesso. “É uma visão obtusa. A maior parte das companhias de

saneamento do Brasil tem quase 60 anos e, nesse período, tiveram muita dificuldade de chegar a um nível aceitável de coleta e tratamento de esgoto”, criticou Leite, durante participação no *Brazil Investment Forum*.

De acordo com Luana Pretto, presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, as mudanças são controversas. “Como ponto positivo, tem a questão do destravamento do limite de 25% para PPPs. Temos muitas companhias estaduais e

municípios que precisam ganhar celeridade nos investimentos em saneamento para cumprir as metas do marco legal. E essas é uma das formas”, explica. A entidade aponta, como problema, que as alterações permitirão que as estatais estaduais prorroguem contratos com prefeituras, ignorando a Constituição, que estabelece a licitação como regra na administração pública.

Já a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de

Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon) emitiu nota salientando que operadores privados de saneamento consideram o fim do limite de 25% para a contratação de PPPs um avanço. “Isso possibilita mais uma opção para o investimento em prol da universalização do saneamento no país. Dessa forma, companhias públicas e privadas têm mais uma opção para viabilizar os investimentos necessários para o setor”, aponta.



É uma visão obtusa. A maior parte das companhias de saneamento do Brasil tem quase 60 anos e, nesses 60 anos, tiveram muita dificuldade de chegar a um nível aceitável de coleta e tratamento de esgoto”

Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, criticando as alterações feitas pelo governo no marco